



4672 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT06 - Educação Popular

Avaliação da aprendizagem no ensino superior: estudo a partir da educação popular e do pensamento decolonial  
Ingrid Rodrigues da Rosa Cruz - UEPA - Universidade do Estado do Pará  
Alessandra Ferreira Marinho - UEPA - Universidade do Estado do Pará

### **Avaliação da aprendizagem no ensino superior: estudo a partir da educação popular e do pensamento decolonial**

#### **Resumo**

Avaliação da aprendizagem de discentes quilombolas no ensino superior é o tema desta pesquisa, por meio da problematização dos olhares aplicados nos processos avaliativos e a profundidade dos discursos dos docentes em relação à temática. Logo, diante da realidade limitada que se tem vivenciado na avaliação da aprendizagem no ensino superior e a presença de "Outros sujeitos" neste espaço, como os sujeitos quilombolas, vê-se a necessidade de uma perspectiva de educação popular emancipatória e decolonial nos processos avaliativos. Em um diálogo entre a abordagem da "avaliação emancipatória" de Ana Maria Saul e o pensamento decolonial com Walter Mignolo, objetiva-se identificar como os sujeitos quilombolas percebem seus processos avaliativos e refletir sobre essas percepções a partir de um olhar qualitativo aplicado nos processos metodológicos da pesquisa.

#### **Palavras-Chave**

Avaliação emancipatória. Educação popular. Pensamento decolonial. Sujeitos quilombolas.

#### **Introdução**

Como nas diversas áreas da vida, a avaliação é indispensável no contexto educacional, por possuir um papel importante para um processo de ensino e aprendizagem. Diante dos múltiplos olhares que se tem em relação à avaliação da aprendizagem e partindo da ideia de que falar em avaliação "é falar de gente, histórias, saberes, práticas e compromissos" (SAUL, 2008, p. 18), vê-se na perspectiva de avaliação da aprendizagem emancipatória um paradigma de luta contra a subordinação e a busca pela humanização. Com Saul (2008), inspirada nos pressupostos da educação popular, é possível perceber na avaliação emancipatória quatro princípios básicos: o diálogo, a formação, a transformação e a libertação. Tais pressupostos nos possibilitaram a fazer um diálogo entre a educação popular, o pensamento decolonial com a perspectiva emancipatória de avaliação.

Portanto, dada à diversidade de sujeitos que adentram as universidades, esta investigação teve como problema: em que medida o processo avaliativo com os discentes quilombolas dos cursos de uma universidade pública na Amazônia leva em consideração os saberes, as culturas, as histórias de vida desses sujeitos, tornando-os protagonistas de tal processo? Logo, teve-se por objetivos perceber quais análises os discentes quilombolas possuem dos processos de avaliação da aprendizagem realizados por seus professores, bem como identificar quais as lutas e os desafios eles travam em relação ao processo de avaliação da aprendizagem.

#### **Os múltiplos olhares da avaliação da aprendizagem no ensino superior**

Ao olharmos para as pesquisas realizadas no campo educacional, é possível notar o quanto a avaliação da aprendizagem tem sido discutida. Segundo Saul (2010), percebe-se que as concepções de avaliação marcaram e marcam o panorama da avaliação educacional, assim, a avaliação da aprendizagem se dá a partir de múltiplos olhares, os quais podem ser agrupados em duas abordagens: *quantitativa* e *qualitativa*. Para Saul (2010, p. 44) "a abordagem quantitativa está ancorada em pressupostos éticos, epistemológicos e metodológicos que expressam forte influência do rigor positivista". Já "a avaliação qualitativa requer, pois, uma metodologia sensível às diferenças, aos acontecimentos imprevistos, à mudança e ao progresso, às manifestações observáveis e aos significados latentes" (SAUL, 2010, p.49).

No processo avaliativo da educação superior, nota-se a necessidade de que este possua por objetivo uma formação político-social dos educandos e educandas, assim, um processo no qual os discentes possam construir suas aprendizagens a partir de um caráter dialógico e reflexivo de avaliação, interessando não apenas as notas ou conceitos, pois prender-se a isto é muito superficial, mas preocupando-se, com a formação cidadã, com um processo avaliativo libertador, no qual, segundo os referenciais freireanos, pela conscientização, os educandos passam a compreender suas realidades e demandas de vida em sociedade.

#### **Educação popular, pensamento decolonial e avaliação emancipatória: um diálogo possível**

Como já exposto acima, a partir de uma perspectiva da avaliação emancipatória que surge no campo da Educação Popular e do pensamento decolonial, podemos perceber um possível diálogo entre Saul e Mignolo ao pensar em um olhar decolonial da avaliação emancipatória no ensino superior.

Percebe-se que Saul, ao falar em uma avaliação emancipatória, refere-se a uma avaliação de caráter "qualitativo" e

que é pautada nos referenciais de educação popular libertadora de Paulo Freire, a qual busca considerar os educandos quanto aos seus saberes, culturas e histórias contra toda forma de opressão. Dessa forma, o professor precisa olhar além dos instrumentos avaliativos e possibilitar que a partir dos saberes que possuem, os sujeitos dialoguem, formem-se, transformem-se e libertem-se.

Ao olharmos para a América Latina, notamos o histórico processo de colonialidade “pedagógico-civilizatória”, segundo Arroyo (2012), “oprimindo toda e qualquer manifestação cultural, política, social e educativa que não fosse a pensada pelo projeto colonizador. Assim, um grande cenário de tensões se estabeleceu a partir das manifestações de resistências dos “excluídos”. Logo, mesmo o pensamento decolonial emergindo com maior representatividade na década de 1990, a partir de autores da rede modernidade/colonialidade, como Walter Dignolo, é importante ressaltar que este tem sua essência advinda das lutas e movimentos de resistência das classes oprimidas no decorrer da história da humanidade. Segundo Dignolo (2009, p. 254) “Pues la opción decolonial es la opción que surge desde la diversidad del mundo y de las historias locales [...]”.

Em um diálogo entre a avaliação emancipatória de Saul e a decolonialidade de acordo com Dignolo, notamos que o pensamento decolonial pode ser uma ferramenta para entendermos a profundidade da importância e da prática da avaliação emancipatória no ensino superior, tendo bem definido que muito mais que reconhecer a diversidade cultural e a presença dos que Arroyo (2012) chama de Outros sujeitos é preciso lutar e resistir diante ao modelo de subordinação hegemônico e eurocêntrico que vivemos na educação, seja na básica ou na superior.

### **Aportes para os procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa teve por lócus o Centro de Ciências Sociais e Educação de uma universidade pública na Amazônia, tendo como sujeitos da pesquisa, cinco discentes quilombolas. O estudo teve por modalidade a pesquisa de campo. Para a abordagem de pesquisa foi utilizada a qualitativa, pois a preocupação não foi a de quantificar os dados obtidos, mas refletir sobre eles, perceber o que significam, tanto o que é perceptível como o que é oculto. Na coleta de dados foi realizada a entrevista semiestruturada, a qual, a partir de Gil (2008), possibilitou que a pesquisa não perdesse seu caráter humano, o que foi válido para este estudo por lidar com a valorização das discentes quilombolas.

### **Os Olhares decoloniais das discentes quilombolas e suas experiências de avaliação da aprendizagem**

Diante dos dados obtidos na pesquisa, as discentes quilombolas apresentaram em seus relatos reflexões em relação às experiências de avaliação da aprendizagem a que são submetidas, levando-nos a identificar olhares decoloniais, com os quais criticamente percebem as subordinações que sofrem, mas que resistem.

Esses sujeitos ao serem questionadas a respeito das lutas que enfrentam no processo avaliativo, apontaram vários desafios, destacando-se o fato dos professores avaliarem apenas o que foi ensinado, os conteúdos pré-estabelecidos. Quanto aos instrumentos, foram citadas pelas entrevistadas as provas e os trabalhos digitados, partindo da ideia de rotular os alunos em “aptos” e “não aptos”, como nos relatos a seguir:

*(Educanda Irituia 1): Não, não considero porque na verdade a avaliação que eles passam é do conteúdo que eles dão, eles não questionam, eles não colocam pra gente colocar nossa experiência lá.*

*(Educanda Salvaterra): porque às vezes o professor olha para aquele aluno que fala muito, para um aluno que escreve bem e acaba inibindo ainda mais aquelas pessoas que têm dificuldades realmente de se expressar, em escrever e que não conhecem outras “técnicas”.*

Ao analisarmos os relatos, é possível perceber uma relação de *colonialidade do poder*. No primeiro relato vê-se que se estabelece uma hierarquia na relação docente-discente, pois se avalia somente o que o professor ensinou, e não os saberes e experiências de vida do aluno. Logo, não há um diálogo entre estes saberes com os conteúdos das disciplinas, estabelecendo-se uma relação de colonialidade que segundo Mota Neto (2016, p. 74) “é exatamente esse padrão mundial de poder que persiste, mesmo com as independências, estruturando as relações desiguais entre as pessoas, culturas e nações”. Neste processo, percebe-se o ideal de subordinação e dominação que vem da ideia colonial de raça, que classifica as identidades, culturas e saberes. Segundo Quijano (2005, p.227), raça é “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial”.

Deste modo, percebe-se na avaliação da aprendizagem a reprodução do pensamento binário superior-inferior, civilizado-incivilizado, em que o professor tem o saber legítimo e aluno quilombola o saber ilegítimo. Logo, o saber válido para os processos avaliativos já está pré-estabelecido e parte dessa ideia binária pautada na “racialização” criando uma racionalização hegemônica, eurocêntrica, a qual implica nos processos avaliativos a busca da comprovação sobre o domínio do saber científico, das habilidades e competências pré-estabelecidas, instituindo-se, além da colonialidade do poder, a colonialidade do saber.

### **Considerações finais**

A partir do contato com cada discente quilombola, foi possível compreender o quanto clamam por serem olhadas com alteridade, com empatia, o quanto elas clamam para serem aceitas com seus saberes, culturas e histórias de vida e o quanto elas têm para compartilhar.

Assim, partindo de um olhar decolonial e de educação popular, vê-se a necessidade de se dialogar sobre a perspectiva técnica e limitada que se tem aplicado à avaliação da aprendizagem, e perceber, com a perspectiva de avaliação emancipatória, que avaliar vai muito além do que dar notas, conceitos, aplicar instrumentos, preocupar-se com procedimentos e métodos, mas é dialogar com saberes, culturas, histórias e imaginários, é um processo de humanização e emancipação no combate às relações verticalizadas e opressoras.

### **Referências**

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. ed. 53. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**.ed. 55. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.ed. 6. São Paulo: Atlas, 2008.

MIGNOLO, W. La idea de América Latina (laderecha, laizquierda y laopcióndecolonial). **Crítica y Emancipación**, n. 2, primer semestre, 2009, p. 251-276. Disponível em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/09idea.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

MOTA NETO, J. C. da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**:Eurocentrismo e ciência sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLALSO, 2005.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória**: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. ed. 8. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Referenciais freireanos para a prática da avaliação. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, n 25, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/90/79> >. Acesso em: 15 de abr. de 2017.